

FERNANDO BOCALARI
JORNALISMO
Projeto de Pesquisa PIBIC/PVIC

**A saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente:
o que a imprensa investigou**

Orientador: Prof. Dr. Sérsi Bardari

Universidade de Mogi das Cruzes
Mogi das Cruzes
agosto de 2008 a julho de 2009

1. Introdução

O termo jornalismo investigativo ¹ refere-se à especialização de um tipo específico de prática jornalística. No entanto, no meio profissional, é consenso de que “todo jornalismo pressupõe investigação”.² Para se realizar uma boa apuração é necessário levar em consideração o maior número das partes envolvidas. Verificar fontes e informações é prática fundamental em qualquer modalidade de jornalismo.

No pensamento da maioria da população, a ideia de que é apenas o dito jornalismo investigativo que indaga e pesquisa minuciosamente crimes – principalmente os de corrupção e os de quadrilhas organizadas – persiste enraizada, talvez pela grande quantidade de informações transmitidas ao público de forma sensacionalista.

O avanço da tecnologia contribuiu para o aumento da quantidade de informações publicadas no meio digital. Com uma quantidade imensamente maior de notícias, publicadas na velocidade que o meio exige, as informações são cada vez menos apuradas.

A correria do dia-a-dia nas redações de jornalismo impede a verificação mais pormenorizada dos fatos. Muitos profissionais apontam que hoje, muitas vezes, o jornalista conclui uma matéria sem sair da redação, por meio de entrevistas realizadas por telefone, documentos digitalizados, entre outros recursos facilitados. O jornalista, sempre que possível, deve conhecer de modo mais aprofundando o assunto sobre o qual está escrevendo. Isso enriquece o texto e proporciona mais veracidade à notícia.

Antes da popularização da internet, podia-se dizer que havia investigação mais minuciosa, pelo menos em alguns casos, nos quais era necessário buscar as informações de forma presencial. Conhecer mais sobre quem ou o quê seria publicado, averiguar fontes e contrapor opiniões eram procedimentos comuns.

Não se trata aqui de condenar o uso dessa ferramenta importante para a evolução jornalística, mas apenas da constatação de uma verdade: a internet poupa tempo de pesquisa de muitos jornalistas, ou seja, a maioria das dúvidas pode ser sanada por meios eletrônicos e digitais. “De fato, até o surgimento das facilidades das ferramentas eletrônicas de busca, toda apuração, por mais simples que fosse, tomava ares de investigação.” ³

¹Segundo Fortes (FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Contexto, 2005, p.9.), a investigação deixou de ser um simples preceito para se transformar, graças à modernidade, em uma área de crescente especialização. Virou um nicho, uma marca e um símbolo de *status* dentro do jornalismo brasileiro.

² FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 80.

³ *Idem, ibidem*, p.9.

A oficialização das fontes também contribui para acessar sempre as mesmas informações. As assessorias de imprensa são responsáveis por monitorar todas as matérias publicadas pela mídia e fazer a intermediação entre os assessorados e os jornalistas. Isso facilita o trabalho do jornalista, porém tem como consequência a homogeneização das informações. Não é possível, por exemplo, solicitá-las aos envolvidos diretamente no fato. Em geral, elas são divulgadas pelas assessorias de comunicação.

Essa formalidade pode levar à prática de um jornalismo falso e ineficaz, que publica reportagens apenas aparentemente investigativas. O que se tem como resultado é um conteúdo oficial, oriundo de fontes interessadas na divulgação de determinados fatos. O trabalho do assessor envolve e prioriza o assessorado. Isso transforma o jornalismo em mera propaganda.

Muitas das reportagens vendidas ao público como fruto de jornalismo investigativo – denúncias bombásticas, flagrantes de corrupção, escândalos políticos – não passaram nem perto de uma investigação. Foram entregues prontas ao repórter, como naco compartilhável das estruturas de poder da República que cabem, supostamente, por direito, às redações brasileiras. Rendem bons furos, bons prêmios, mas nada têm a ver com jornalismo investigativo.⁴

Não se deve esperar que o jornalista da assessoria passe informações que comprometa o local onde trabalha. Por isso, a imprensa não deve se contentar nem se “limitar a ser uma mera intermediária entre os canais oficiais e a opinião pública, reproduzindo notas de imprensa ou comunicados que as instituições tinham interesse em transmitir para o conhecimento do público”.⁵

Esse é o princípio que diferencia uma boa reportagem de um texto repleto de declarações. Deve-se buscar e vasculhar opiniões diferentes. Sempre existem várias versões de uma mesma história. Cabe ao jornalista se aproximar das mais coerentes. É preciso questionar as versões oficiais dos fatos, buscando e comparando opiniões divergentes.

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para obtenção dos dados que necessita para completá-la, aquele

⁴ FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 10.

⁵ LOPES, Dirceu Fernandes e PROENÇA, José Luís. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Publisher Brasil, 2003, p.14.

que busca, compara e não é um mero receptor de informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos.⁶

Tão grave quanto a oficialização das fontes, que bloqueia o acesso à riqueza de informações, é a prática indiscriminada da parcialidade. Tal atitude impõe aos leitores apenas um caminho que, frequentemente, vem inserido na conclusão apresentada pelo texto a respeito do fato.

Independentemente da natureza do assunto, as informações devem ser investigadas para se realizar um bom jornalismo. Todo jornalismo é, ou pelo menos deveria ser, investigativo. Se essa devida investigação não ocorrer, o resultado pode ser um jornalismo impreciso, parcial e demasiadamente opinativo.

Obviamente, sabe-se que é impossível para qualquer jornalista despir-se de sua formação social, política e cultural, para escrever sobre determinado assunto. No entanto, o ato de incluir opinião em uma matéria informativa deve ser evitado.

A imparcialidade e a objetividade não podem ser alcançadas totalmente, mas devem ser buscadas sempre. Caso contrário, entra-se deliberadamente no campo do *jornalismo interpretativo*⁷, o qual também deve traçar caminhos para que o leitor possa tirar suas próprias conclusões. De fato, há diversas maneiras de se contar uma história.

O jornalismo é uma reconstrução da realidade. Aborda fatos reais, de maneira fragmentada. Cada indivíduo narra um determinado fato de acordo com seu ponto de vista. A imparcialidade pode ser vista como um limite, algo que norteia uma característica de interpretação da realidade, porém levando em consideração todos os lados envolvidos.

Ao debater o jornalismo imparcial as pessoas se confundem, entendendo imparcialidade como falta de posicionamento. Uma matéria pode, realmente, ser imparcial, mas com um posicionamento. Isto é simples, é o abc do jornalismo. Um jornalista deve relatar igualmente os dois lados de um fato.⁸

⁶ LOPES, Dirceu Fernandes e PROENÇA, José Luís. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Publisher Brasil, 2003, p.15.

⁷ Segundo Vilas Boas (VILAS BOAS, Sérgio Vilas. *O estilo magazine o texto em revista*. São Paulo, Summus, 1996, p. 102), o jornalismo interpretativo deve permitir que o leitor faça por si mesmo a digestão do tema que lhe é exposto. Nesse sentido, o leitor deve “digerir” por si mesmo, e não se deixar “confundir” pelo texto.

⁸ ROALY, Danielson. Se Deus não existe, jornalismo imparcial também não. *Canal da imprensa*. Disponível em: www.canaldaimprensa.com.br..Acesso em: 30 mai. 2008.

O que deveria ser trabalho do poder público é encarado, em alguns casos, como responsabilidade dos meios de comunicação. O jornalista deve apurar informações, mas não julgá-las. Tal atitude atribui uma característica que não é peculiar ao jornalismo informativo: a presença demasiada de opinião.

Quando ocorre um crime que comove a maioria da população, reportagens são incessantemente publicadas com análise de especialistas, pessoas envolvidas de forma direta ou indireta e uma alta dose de emoção e até de sensacionalismo.

No caso de crimes de corrupção, todos os meios divulgam amplamente cada desdobramento. Em meio a essa quantidade de informação, na maioria dos casos, pode-se perceber incoerência de apuração e até leviandade nas conclusões apresentadas. Discernir sobre o que é fato ou boato é responsabilidade de um bom jornalismo investigativo.

O jornalismo de revista é responsável por uma análise mais detalhada dos assuntos. Devido ao tempo maior de produção, as revistas podem apurar melhor um determinado assunto e apresentá-lo com teor mais opinativo, investigativo. De fato, “ainda hoje, a palavra escrita é o meio mais eficaz para transmitir informações complexas”.⁹

2. Objetivo

Por meio deste estudo, buscou-se identificar as diferentes versões publicadas pela imprensa sobre as causas da saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, foram analisadas as matérias sobre o fato publicadas nas revistas *Veja*, *Isto É* e *Época*, de modo a poder comparar o teor informativo e o posicionamento ideológico de cada uma delas.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, em 2003, Maria Osmarina Marina Silva Vaz de Lima foi nomeada ministra do Meio Ambiente. Desde então, enfrentou conflitos constantes com outros ministros do governo, quando os interesses econômicos se contrapuseram aos de preservação do meio ambiente.

Marina Silva enviou carta de demissão ao presidente Lula no dia 13 de maio de 2008. O motivo da demissão teria sido o desgaste político e também a demora para aprovação dos programas federais de preservação da Amazônia.

⁹ SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo, Contexto, 2004, p.13.

Em carta endereçada ao presidente, Marina alegou: [a decisão] “decorre das dificuldades que tenho enfrentado há algum tempo para dar prosseguimento à agenda ambiental federal”.¹⁰

A demissão foi amplamente divulgada com várias informações divergentes. Nesta pesquisa pretendeu-se levar em conta as características do jornalismo de revista, entre as quais se destaca a função de analisar mais apuradamente os fatos, conforme explica Vilas Boas¹¹.

A revista semanal preenche os vazios informativos deixados pelas coberturas de jornais, rádio e televisão. Além de visualmente mais sofisticada, outro fator a diferencia sobremaneira do jornal: o texto. Com mais tempo para extrapolações analíticas do texto, as revistas podem produzir textos mais criativos, utilizando recursos estilísticos geralmente incompatíveis com a velocidade do jornalismo diário. A reportagem interpretativa é o forte.

Só pode haver conhecimento suficiente para discernir sobre a relevância ou não de determinado assunto quando ele é estudado detalhadamente. Por isso, na realização desta pesquisa buscou-se entender a responsabilidade e o papel das revistas informativas por meio da comparação das definições teóricas com a prática.

A prática está diretamente relacionada com a apuração dos acontecimentos. É importante questionar se a reportagem cumpre o papel de esclarecedora, por meio da divulgação de fatos concretos e não por meio do levantamento de hipóteses ou de declarações. A análise permite evidenciar o aprofundamento das informações e das conclusões apresentadas.

O discurso argumentativo, então, é baseado na consistência do raciocínio e na evidência das provas já apresentadas. Neste ponto, é importante separar fato de indício. Fato é aquilo que pode ser verificado, observado. Sem verificação e observação, o fato já não serve de prova. Já o indício é uma possibilidade, podendo ser circunstancialmente provável ou não.¹²

A partir desse conceito, pode-se incentivar o desenvolvimento do senso crítico para classificar o que é informação e o que é opinião. As matérias informativas devem fugir da opinião e buscar neutralidade. Mesmo diante da impossibilidade de se obter total

¹⁰ LEIA a carta de Marina ao presidente Lula. Brasília, Últimas notícias, *UOL Notícias*, 13 mai. 2008.

Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/05/13/ult23u2297.jhtm> Acesso em: 30 mai. 2008.

¹¹ VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo, Summus, 1996, p.9.

¹² *Idem, ibidem*, p. 51.

objetividade, o redator deve lançar mãos de todos os recursos linguísticos possíveis para elaborar textos que se aproximem da (que busquem o efeito de) imparcialidade.

3. Metodologia

Na elaboração deste trabalho foram utilizados dois tipos de pesquisa, de forma a se obter resultados mais precisos e eficazes, segundo suas especificidades: pesquisa bibliográfica e descritiva. A primeira consiste na coleta das edições das revistas analisadas e na consulta de livros relacionados ao tema. “A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir das referências teóricas publicadas em documentos.”¹³

“A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.”¹⁴ As reportagens selecionadas foram organizadas e analisadas com o auxílio das definições sobre as características dos gêneros jornalísticos e da análise de discurso.

Para alcançar os objetivos propostos e obter plena compreensão do assunto, foi utilizado o método comparativo. Comparou-se de que forma as revistas *Época*, *Isto É* e *Veja* abordaram e desenvolveram o tema. As conclusões apresentadas no final de cada matéria também se constituíram como objeto de estudo.

O método comparativo foi o mais indicado para realizar a pesquisa, devido ao número de revistas analisadas, além das semelhanças entre elas. As características semelhantes foram utilizadas como ponto de partida da análise, método esse que facilitou a compreensão. Dessa maneira, buscou-se atuar conforme explica Marconi.¹⁵

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar simplitudes e explicar divergências.

As revistas *Época*, *Isto é* e *Veja* foram escolhidas pela tiragem de exemplares, pois são as mais vendidas do país. São publicadas, respectivamente, pela Editora Globo, pela Editora 3 e pelo Grupo Abril.

¹³ CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2006, p. 65.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 66.

¹⁵ MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 2000, p. 92.

Segundo Scalzo ¹⁶, o profissional de revista deve preocupar-se com algumas ações básicas, como preservar sua independência, evitar qualquer tipo de relação profissional com as fontes ou aceitar qualquer tipo de benefício que possa comprometer sua isenção. Tais atitudes são imprescindíveis para buscar o equilíbrio da imparcialidade.

Uma análise pormenorizada deve considerar alguns critérios para mensurar a forma como cada revista articula as informações com um determinado objetivo. Foram desenvolvidos alguns critérios para mensurar de forma mais adequada o nível de isenção com que cada revista publica suas reportagens.

1. Imparcialidade: trata-se de informar o assunto, abordando todas as partes envolvidas sem privilegiar nenhuma delas.
2. Origem das fontes: verificar o contexto social e a procedência das fontes.
3. Apuração das declarações: confirmar cada declaração e confrontá-las com fatos concretos, para que a reportagem não se caracterize como jornalismo declaratório.
4. Coerência das informações: apurar se o material publicado tem uma sequência lógica, principalmente na conclusão da reportagem.
5. Contexto histórico-político-social: averiguar a origem das revistas e suas relações com a sociedade e com o poder público.

Por meio da verificação desses itens, buscou-se obter uma análise objetiva, clara e precisa que evidenciasse a hierarquização da informação nas reportagens publicadas pelas revistas em estudo.

4. Análise

Para entender qualquer texto, é necessário interpretar não só o que se escreve, mas também o que não está escrito, ou seja, os pressupostos e subentendidos. Além disso, é preciso compreender os motivos de escolha de determinado vocábulo. Escolher uma palavra implica deixar de fora muitas outras. O fato de cada uma ter significados aproximados, não idênticos, faz com que cada texto se torne único. Esse tipo de seleção relaciona o conteúdo do texto com uma determinada ideologia.

A imparcialidade pode ser analisada por meio da seleção de palavras e do significado delas no contexto do texto. Por meio deste trabalho, buscou-se compreender o processo de construção dos sentidos dos textos analisados. Para tanto, iniciou-se pelo título

¹⁶ SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo, Contexto, 2004, p.81.

que é, geralmente, o primeiro contato do leitor com o trabalho do jornalista. As revistas analisadas têm títulos bem distintos. Cada um prioriza versão diferente do fato.

“De Ipanema para a floresta”. Com esse título a revista *Época* prioriza a entrada do novo ministro Carlos Minc, que mora em Ipanema, no Rio de Janeiro. Desse modo, a revista ignora a conturbada saída de Marina.

A linha fina diz: “Sai a seringueira Marina Silva, entra o ecologista carioca Carlos Minc. O que pode mudar na política ambiental e no desenvolvimento do país”. Pode-se notar que a revista ressalta de forma negativa o fato de Marina ter sido seringueira, ao contrapor profissões tão distintas hierarquicamente, seringueira e ecologista.

“Marina fica sem Ambiente”. Com esse título a revista *Isto É* prioriza a saída de Marina e ainda utiliza a palavra “ambiente” com dois significados. O primeiro é meramente informativo, relacionado à própria saída de Marina do Ministério do Meio Ambiente. O segundo, em caixa alta, inclusive, aproxima-se da ideia de ter perdido as condições de se continuar relacionando-se com o governo.

A linha fina diz: “Com a substituição da ministra, o governo pretende destravar os licenciamentos ambientais para que o PAC deslanche”. Pode-se notar que a revista pretende passar a ideia de que a ex-ministra não conseguia liberar de forma ágil as licenças ambientais e que representava um entrave para o Programa de Aceleração do Crescimento.

“O desafio da economia verde”. Com esse título, a Revista *Veja* demonstra aparente neutralidade, mas na linha fina “A saída de Marina Silva não muda em nada o dilema brasileiro: encontrar uma fórmula que permita crescimento sustentável.” Pode-se notar posicionamento não favorável à Marina Silva nem a Carlos Minc, uma vez que a questão da sustentabilidade é colocada acima dos dirigentes da pasta do Meio Ambiente.

As fontes no meio jornalístico muitas vezes determinam a qualidade de uma reportagem. Como o caso analisado é sobre a política do governo federal, as fontes são, na maioria das vezes, oficiais. A assessoria de imprensa informa e os jornalistas só dispõem de dados oficiais, salvo raras exceções.

A revista *Época* publicou várias declarações com diversos pontos de vista. Havia declarações de Marina Silva, Carlos Minc, amigos dele e até do pensador alemão Rudolph Bahro.

A revista *Veja* publicou uma declaração do jornal britânico *The Guardian* e outra do presidente Lula, ou seja, pouco, para averiguar uma demissão tão polêmica.

A revista *Isto É* publicou diversas declarações, mas a maioria com o mesmo ponto de vista: a defesa de Marina. Havia apenas uma declaração de um deputado que criticava o trabalho de Marina no Ministério.

5. Conclusões

As três revistas analisadas publicaram artigos de opinião sobre o assunto. A revista *Isto É* parece ser incoerente em suas conclusões. Apresenta diversas ideias favoráveis a Marina e finaliza a reportagem com uma declaração de seis linhas que é totalmente contra a tudo o que foi dito anteriormente, além do artigo que vem em seguida que critica até a fé da ex-ministra.

A revista *Veja* critica arduamente o governo, mas a conclusão da reportagem e as ideias apresentadas ao longo da matéria têm muitas afirmações, porém pouco sustentadas por argumentos plausíveis.

Finalmente, a revista *Época* é a mais lógica e imparcial, mas deu foco muito maior à entrada do novo ministro do que à saída da anterior.

6. Referências bibliográficas

6.1 Livros

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

VILAS BOAS, Sérgio. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo, Summus, 1996.

CERVO, Amado Luiz e BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2006.

FORTES, Leandro. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Contexto, 2005.

LOPES, Dirceu Fernandes e PROENÇA, José Luís. *Jornalismo investigativo*. São Paulo, Publisher Brasil, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo, Atlas, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes, 1999.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo, Contexto, 2004.

6.2 Sites

LEIA a carta de Marina ao presidente Lula. Brasília, Últimas notícias, *UOL Notícias*, 13 mai. 2008. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/05/13/ult23u2297.jhtm> Acesso em: 30 mai. 2008.

ROALY, Danielson. Se Deus não existe, jornalismo imparcial também não. **Canal da imprensa**. Disponível em: www.canaldaimprensa.com.br. Acesso em: 30 mai. 2008.

SILVA, Marina. NOTÍCIAS UOL. *Caro presidente Lula*. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/05/13/ult23u2297.jhtm>. Acesso em: 30 maio, 2008.